

# **O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: A ESCOLA NA MIRA DA LÓGICA MERCANTIL**

Sâmia Maria Lima dos Santos – UFCG  
samalisantos@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O presente texto se propõe a analisar os processos, as formas e os principais sujeitos da privatização da educação básica pública no Brasil, tendo como referência as reformas do Estado implantadas a partir da década de 1990.

É resultado de revisão bibliográfica, em que foi examinada a produção acadêmica que trata do aprofundamento do processo de privatização da educação básica pública no Brasil, bem como dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo. Fundamentam, o presente estudo, os seguintes autores: Adrião (2018), Freitas (2012), Peroni (2018), Perboni, Militão e Giorgi (2019), entre outros.

A necessidade de mais estudos que contribuam para uma maior compreensão acerca dos processos, das formas e dos sujeitos da privatização da educação básica pública no Brasil constitui a justificativa do presente trabalho.

O texto apresenta, inicialmente, os processos, as diferentes formas e os principais sujeitos da privatização da educação básica pública no Brasil. Em seguida, apresenta as considerações finais.

## **PROCESSOS, FORMAS E PRINCIPAIS SUJEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

A partir da década de 1990 desenvolveu-se, em escala global, um conjunto de reformas da aparelhagem estatal com o objetivo da modernização do Estado como forma de superação da crise do capital originada na década de 1970. Esse conjunto de reformas desenvolveu-se tendo como sustentáculo um discurso que envolvia termos como neoliberalismo e privatização. É nesse cenário que a educação passou a ser pensada a partir de uma lógica econômica.

Nessa perspectiva, a finalidade maior das reformas de cunho neoliberal impostas à educação é o desmonte da educação pública enquanto um direito social. Assim, as diferentes formas de privatização vêm atingindo toda a aparelhagem estatal, inclusive a escola, esta, por sua vez, vem assumindo uma estrutura de mercado que é o principal mecanismo de privatização no setor educacional.

A privatização do público se materializa de variadas formas, podendo ocorrer por meio da alteração da propriedade, da passagem do estatal para o terceiro setor ou privado, através do estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, em que o privado acaba definindo o público. Também, pode se materializar como aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado, reorganizando, principalmente, os processos de gestão e redefinindo o conteúdo da política educacional (PERONI, 2018).

A situação brasileira indica a privatização de três dimensões da educação pública. Na primeira dimensão, a da oferta educacional, a privatização é operacionalizada a partir do financiamento público à educação privada, do aumento das matrículas em estabelecimentos privados e da introdução de políticas ou programas de escolha parental (ADRIÃO, 2018). A segunda dimensão refere-se à privatização da gestão da educação e pode ser compreendida tanto no âmbito da privatização da gestão educacional, relacionada aos processos de tomada de decisão sobre a política educativa subordinados às instituições privadas lucrativas, quanto no âmbito da privatização da gestão escolar, referente aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas ao setor privado. A última dimensão refere-se à privatização do currículo, que trata das determinações curriculares impostas pelo setor privado às escolas, redes ou sistemas públicos, por meio de assessorias, oferta de tecnologias educacionais e, também, através da privatização dos processos pedagógicos determinando o que ensinar, como ensinar e quando ensinar (ADRIÃO, 2018).

Ainda sobre a privatização da educação pública, Perboni, Militão e Giorgi (2019, p. 6) afirmam que, na perspectiva da concepção neoliberal, “o ideal seria uma ampla privatização e, conseqüentemente, o fim da gratuidade da educação básica. Na impossibilidade de cessar a gratuidade, sobretudo, pela inviabilidade política, propõe-se o sistema de *vouchers*.” De acordo com Freitas (2012), a política de *vouchers* é conhecida no Brasil como “bolsas” que permitem aos alunos estudarem em instituições privadas. A materialização dessa política pode ser percebida na criação de programas que consistem na transferência de verbas públicas para a iniciativa privada, tais como “o Programa Universidade para Todos (Prouni – no ensino superior) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec – no ensino médio)” (FREITAS, 2012, p. 386).

A materialização da privatização da educação também ocorre a partir das parcerias entre o público e o privado, como a do Instituto Ayrton Senna (IAS) com escolas de ensino fundamental e do Instituto Unibanco (IU) com escolas de ensino médio que, por meio das parcerias com as instituições escolares, chegam até as salas de aulas determinando o que e como

ensinar, objetivando a institucionalização de práticas gerenciais no cotidiano escolar (PERONI, 2018).

De acordo com Souza (2018, p. 1348), as instituições privadas que atuam como parceiras na área da educação básica têm “uma intenção clara e uma ação organizada, planejada e focada estrategicamente na área da Educação Básica cujos interesses subjacentes incidem diretamente na formação de uma cultura gerencial no setor público” (p. 1348).

Essa “multiplicidade de sujeitos”, que defendem a ideia da privatização como estratégia para a redução do Estado ao mínimo, se apresenta com diferentes conteúdos e tentam liderar a direção da educação pública, seja no sentido de executar, seja no de dirigir as políticas educativas. De acordo com Peroni (2018, p. 214), a mercadificação da educação pública ocorre através de sujeitos e processos, não se trata de uma abstração. “Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental” (p. 214).

O Movimento Todos pela Educação (TPE), criado em 2006, é um exemplo dessa multiplicidade de sujeitos. O TPE destaca o protagonismo do empresariado brasileiro no processo de aprofundamento da privatização da educação pública (PERONI, 2018).

Outro exemplo, é o caso da ATLAS, lançada em 1981, que objetiva o fomento de *think tanks* do livre mercado. Trata-se de uma rede que se conecta globalmente às organizações de mercado livre, influenciando-as e ocupando lugar de destaque na propagação de políticas neoconservadoras. Para Peroni (2018, p. 229), a Atlas é “formadora e financiadora de grupos ativistas neoconservadores em todo o mundo.”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho buscamos analisar os processos e os principais sujeitos da privatização da educação básica pública no Brasil, tendo como referência as reformas no setor educacional implantadas desde a década de 1990. Buscamos também, apresentar as diversas formas pelas quais a privatização se materializa na educação básica pública.

Nessa perspectiva, consideramos que as reformas em curso no setor educacional vêm contribuindo para o aprofundamento do processo de privatização da educação, cujo objetivo final é a destruição da educação pública enquanto um direito social que deve ser garantido pelo Estado. Assim, a privatização se materializa de variadas formas e conta com uma multiplicidade de sujeitos envolvidos nesse processo.

As reformas educacionais contribuíram para a diluição das fronteiras entre o público e o privado. As empresas privadas vêm liderando a direção das políticas educativas e introduzindo nas instituições escolares, nas redes e sistemas de ensino público mecanismos políticos e ideológicos que reforçam uma concepção de currículo e de gestão educacional pautada na lógica mercantil e no controle dos resultados.

## **REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018.

FREITAS, L.C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379- 404, 2012.

PERBONI, F.; MILITÃO, A. N.; GIORGI, C. A. G. Di. Manifestações do “quase- mercado” nas avaliações externas e em larga escala. **Educação**, v. 44, 2019.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212- 238, 2018.

SOUZA, A. L. L. de. Políticas governamentais para a educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia. Revista online de **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1340-1354, dez., 2018.